

# ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizou uma sessão plenária ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, em que para além do período de intervenção dos cidadãos, foram aprovadas, por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal de Almada, as seguintes deliberações:

## DELIBERAÇÕES

- 01 Voto de pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta;
- 02 Voto de pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta;
- 03 Voto de pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta;
- 04 Saudação à Associação de Surf da Costa da Caparica (ASCC) “Fazer História, Criar Memórias”;
- 05 Moção “Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril”;
- 06 Moção/Deliberação “Pela resposta urgente aos graves problemas no atual serviço do “comboio da ponte”;
- 07 Voto de protesto e apelo “sobre a demora na resolução dos problemas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde”;
- 08 Moção “Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença”;
- 09 Moção “Expansão do solo urbano: o desastre anunciado”;
- 10 Moção “Reforço efetivo da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó”;
- 11 Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;
- 12 Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada – junho de 2024 a novembro de 2024;
- 13 Redação final do Projeto de Regulamento Municipal de Horários dos Estabelecimentos Comerciais de Almada;
- 14 Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares do Município de Almada;
- 15 Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes em meio urbano do Município de Almada;
- 16 Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo;
- 17 Assunção de Compromissos Plurianuais – SMAS;
- 18 Plano Municipal de Juventude de Almada (PMJA) 2025-2028;
- 19 Adjudicação e aprovação das minutas de contrato do Concurso Público n.º CS02891S2023 para “Concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 PCVE, em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de 10 anos”;
- 20 Início do procedimento por Concurso Público n.º CS00002S2025 para “Concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano – Por lotes”;
- 21 Proposta de celebração de Contrato Programa entre o Município de Almada e a WeMob, E.M., S.A., para Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio.

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Documentos/Editais 2021-2025 (2025)/Editais a partir do 202/XIII-4.º, assim como nas Atas n.ºs N.º 63/XIII-4.º e 64/XIII-4.º.



assembleia  
municipal  
dealmada

# info



A Assembleia Municipal de Almada é o órgão deliberativo do Município de Almada, constituído pelos membros eleitos e pelos presidentes das Juntas de Freguesia e de União de Freguesias

[am-almada.pt/index.php](http://am-almada.pt/index.php)  
[geral.assembleia@cm-almada.pt](mailto:geral.assembleia@cm-almada.pt)  
Tel.: 21 272 4014 | 21 274 8768  
Fax: 21 276 62 63

Assembleia Municipal de Almada  
Chalet Ribeiro Telles  
Largo 5 de Outubro 34  
2805-119 Cova da Piedade  
Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30

# #40

abril  
2025



Maria Teresa Horta

[c-almada@ps.pt](mailto:c-almada@ps.pt)

No passado dia 13 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Almada, através da aprovação de 3 votos apresentados pelo Partido Socialista, pelo Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, manifestou o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta.

Partiu no passado dia 4 de fevereiro, em Lisboa, aos 87 anos de idade, Maria Teresa Horta, a última das “3 Marias”, deixando em profundo consternamento toda a comunidade.

Maria Teresa Horta deixa ao País um extraordinário legado literário, mas também uma marca indelével na História, como lutadora incansável pelos direitos das Mulheres. O seu desaparecimento representa “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, aos quais dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida”, assinala a Editora D. Quixote, porta-voz da triste notícia, a pedido da família. A nota da Editora prossegue, lamentando “o desaparecimento de uma das personalidades mais notáveis e admiráveis do nosso tempo, reconhecida defensora dos direitos das mulheres e da liberdade, numa altura em que nem sempre era fácil assumi-lo, e autora de uma obra que ficará para sempre na memória de várias gerações de leitores”.

Coautora da obra “Novas Cartas Portuguesas”, escrita com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta usava a escrita como veículo para a sua luta. As “Novas Cartas Portuguesas” continuam a marcar gerações, constituindo-se como manifesto contra a ideologia vigente no período pré-25 de Abril, designadamente por denunciarem as opressões a que as mulheres eram sujeitas, um sistema judicial persecutório, a emigração e a violência fascista.

Com livros editados no Brasil, em França e Itália, foi amplamente premiada ao longo da sua carreira literária, destacando-se, só nos últimos anos, o Prémio Autores 2017, a Medalha de Mérito Cultural, o Prémio Literário Casino da Póvoa e a condecoração, em 2022, com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade, pelo Presidente da República. Integrada em dezembro último pela BBC na lista das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o Mundo, Maria Teresa Horta é uma referência para a Liberdade, para o feminismo e para todas as mulheres que aspiram à igualdade de direitos.

O desaparecimento de Maria Teresa Horta deixa a luta pela Igualdade mais pobre e também um vazio na sociedade portuguesa.

**CDU**



[almada@cdu.pt](mailto:almada@cdu.pt)

Um dos maiores desafios que o futuro nos coloca no quadro do desenvolvimento do país, particularmente nas áreas metropolitanas, é o desafio da conceção e aplicação concreta de modelos mais eficazes e mais eficientes de mobilidade.

O direito constitucional a uma mobilidade de qualidade, eficaz e eficiente, assume uma importância estratégica fundamental para o desenvolvimento e bem-estar social, económico e ambiental.

Este tema tem sido referência recorrente nos mais variados espaços do debate público. Nos últimos tempos, a situação vivida pelos utentes da ligação ferroviária da margem sul do Tejo através da Ponte 25 de Abril, tem feito correr rios de tinta, tantas são as dificuldades sentidas pelos utentes que recorrem àquele transporte.

As populações utentes dos transportes públicos do concelho de Almada (e de outros concelhos da margem sul), são hoje confrontados com uma situação inaceitável no funcionamento da ligação ferroviária entre Setúbal e Lisboa, operada, por concessão do Estado, pela empresa privada Fertagus.

As recentes alterações introduzidas por aquela concessionária, com uma fortíssima diminuição da oferta de lugares de transporte das composições em circulação (que passaram de oito para quatro carruagens), têm vindo a provocar gravíssimas dificuldades nas deslocações quotidianas dos munícipes.

Há longo tempo que é urgente e indispensável o reforço da oferta na linha entre Setúbal e Lisboa, e a CDU tem feito eco permanente dessa necessidade. Mais comboios, mais circulações e alargamento do serviço a estações como Lisboa Oriente ou Praias do Sado, são medidas imprescindíveis à melhoria do serviço prestado. Às quais é necessário acrescentar o reforço do material circulante, um reforço que nunca foi assegurado nem pela Fertagus, nem pelo Governo concedente do serviço público.

Pela integração no passe Navegante – uma decisão avisada e inteiramente justa, uma extraordinária vitória e um extraordinário passo civilizacional adiante, que é fruto da luta por esse objetivo das populações, dos utentes e das autarquias locais presididas pela CDU ao longo de mais de 20 anos de petições, abaixo-assinados, projetos de lei, deliberações dos órgãos municipais, manifestações e outras tantas iniciativas –, a empresa privada que detém a concessão desta ligação ferroviária recebe o dobro das compensações que a empresa pública CP recebe, sem, contudo, ter alguma vez adquirido um único comboio.

O atual Governo do PSD/CDS-PP entendeu prolongar a concessão do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal até 31 de março de 2031. E mesmo neste quadro, o Governo não cuidou de salvaguardar a exigência de aumento do material circulante por parte da concessionária. Pelo contrário. Governo e concessionária tentam concretizar o desvio de comboios da CP Lisboa para a Fertagus, justificando essa tentativa com uma estrondosa falsidade: a de que esse material da CP está “encostado”, por isso disponível.

A verdade é outra. As doze unidades que Governo e concessionária “ambicionam” transferir para a ligação Setúbal-Lisboa, foram recentemente objeto da grande reparação de meio de vida, um investimento da CP que ultrapassou os 17,5 milhões de euros. Estas unidades estão a operar nos serviços da CP, e são fundamentais para assegurar o serviço prestado às populações da margem norte do Tejo.

No imediato, a solução para o problema vivido na margem sul do Tejo, passa por permitir que a CP possa estender o seu serviço urbano à ligação através da Ponte 25 de Abril a partir das linhas de Sintra e Azambuja, sem que tal implique a redução da oferta de transporte ferroviário na margem norte, mas contribuindo para eliminar a degradação atual do serviço prestado na margem sul.

Aqueles que necessitam de utilizar os transportes públicos nas suas deslocações diárias, sentem hoje mais dificuldades em aceder a Lisboa e a outros destinos, do que sentiam há poucos anos. A verdade é que a oferta global de transporte público na Área Metropolitana de Lisboa piorou, não obstante a criação da Carris Metropolitana.

A necessidade de aumentar a capacidade de oferta em transportes públicos – essencialmente fluviais e ferroviários, mas também rodoviários –, apresenta-se hoje como condição crucial para, no curto prazo, os utentes dos transportes públicos verem reconhecido o direito constitucional a uma mobilidade de qualidade, mais eficaz no que respeita às necessidades de deslocação das pessoas, e mais eficiente na promoção da melhoria das condições ambientais.

[psdalmada@gmail.com](mailto:psdalmada@gmail.com)



No primeiro trimestre de 2025, o Partido Social Democrata (PSD) visitou o bairro de Penajóia, em Almada, onde muitas famílias enfrentam condições de vida precárias, sem acesso a serviços essenciais como água, eletricidade e saneamento. Esta realidade, que afeta sobretudo as crianças, que se veem obrigadas a estudar à luz de velas, e os adultos, que lidam com dificuldades diárias, foi considerada inaceitável pelo PSD. O partido comprometeu-se a lutar por uma solução urgente para este problema. A visita contou com a presença dos deputados do PSD eleitos pelo distrito de Setúbal, que reforçaram o compromisso do partido com os moradores da região e sublinharam a necessidade de uma ação rápida e eficaz por parte da Câmara Municipal.

Além disso, o PSD Almada realizou uma visita à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), com o intuito de conhecer o trabalho da instituição e discutir os desafios enfrentados pelas vítimas de crimes. A delegação do partido foi recebida pelo presidente da APAV, Dr. João Lázaro, e pela sua equipa. O PSD Almada reafirmou o seu compromisso em apoiar as vítimas, reconhecendo a importância de promover um ambiente seguro e de apoio para todos os cidadãos.

Por último, no que diz respeito à mobilidade, o PSD Almada esteve presente na apresentação e nas sucessivas discussões públicas sobre a extensão da linha de metro até à Costa da Caparica, abordando o alinhamento do traçado, a construção de plataformas intermodais e as melhorias em termos de sustentabilidade, com ênfase na criação de espaços verdes e novas ciclovias.

[almada.bloco@gmail.com](mailto:almada.bloco@gmail.com)



Na sessão de Assembleia Municipal realizada em fevereiro, relembámos os alertas constantes do Bloco de Esquerda sobre a urgência de construir Habitação Pública e proceder à reabilitação do parque habitacional autárquico. É incompreensível que, após quase oito anos de governação PS/PSD, muitos edifícios municipais permaneçam em estado avançado de degradação. Estes imóveis públicos, destinados à habitação, foram e continuam a ser negligenciados.

Foram anunciados milhares de fogos para habitação pública e a reabilitação do edificado municipal, mas até agora essas promessas não saíram do papel. Não houve ações concretas que atendam às necessidades reais da população, especialmente no que diz respeito a garantir condições adequadas de habitação para quem mais precisa.

Almada não pode continuar a ser um reflexo de falhas administrativas e negligência. É necessário implementar ações concretas, com um plano de ação claro, e, acima de tudo, um compromisso sério com o bem-estar coletivo e a justiça social. Não podemos permitir que Almada seja moldada para servir os interesses financeiros de poucos, em detrimento do direito à habitação digna de muitos.

Infelizmente, o atual executivo tem falhado repetidamente na implementação de medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida no nosso município.

Na Assembleia Municipal de Almada, apresentámos **uma recomendação para travar a construção ilegal na Penajóia**, alertando que o crescimento descontrolado do bairro compromete o ordenamento do território e a segurança pública. A proposta exigia **fiscalização rigorosa, identificação dos responsáveis e ações legais contra os promotores** das construções ilegais. Apesar de a própria Câmara reconhecer a gravidade do problema, **a recomendação foi chumbada pelo PS, CDU e BE.**

A CDU apresentou ainda **uma moção para instalar eletricidade na Penajóia, legitimando a ocupação ilegal.** Argumentámos que fornecer eletricidade consolidaria o bairro, repetindo erros como o do 2.º Torrão, onde o "provisório" se tornou definitivo. Essa decisão incentivaria novas ocupações, penalizando os almadenses que cumprem a lei e pagam taxas elevadas para construir legalmente. **Em defesa da população, votámos contra.**

Apresentámos **uma moção exigindo medidas urgentes para resolver os problemas da Fertagus**, que impõe diariamente **condições indignas aos passageiros** devido à sobrelotação e falta de investimento. **Propusemos:**

- **Reforço da oferta de comboios;**
- **Plano de emergência para aliviar a sobrelotação.**

Apesar da gravidade do problema e do impacto negativo na mobilidade de Almada e Seixal, **a proposta foi chumbada pelo PS, demonstrando o seu total desinteresse pelos municípios.**



## Iniciativas do PAN para o Bem-Estar Animal em Almada

[almada.pan@gmail.com](mailto:almada.pan@gmail.com)

Em Almada, o bem-estar animal tem sido uma das nossas prioridades, com diversas iniciativas do PAN já em funcionamento. A ação dos voluntários no canil garante cuidados diários e apoio aos animais enquanto aguardam adoção. O Plano Municipal de Desacorrentamento liberta cães em situações de vulnerabilidade, proporcionando-lhes mais qualidade de vida. A Escolinha Canina ajuda na educação de cães e tutores, prevenindo o abandono. A criação de parques caninos oferece espaços seguros para socialização e exercício. O Banco Alimentar para Animais apoia famílias em dificuldades, e os bebedouros instalados garantem acesso à água potável para animais errantes.

O PAN Almada continuará a trabalhar para reforçar e divulgar estas iniciativas, garantindo que mais animais e municípios possam beneficiar delas.



## Ao lado das populações pelos novos barcos

[cds.almada@gmail.com](mailto:cds.almada@gmail.com)

A 6.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada continua tal como o CDS-Partido Popular, a acompanhar o desenvolvimento do novo projecto de novos navios que substituam os velhinhos Cacilheiros, de forma assídua e não menos preocupada. O recuo e avanços (poucos) já são demasiados com datas não cumpridas e sem resolução à vista e os passageiros e visitantes continuam à espera de promessas que se perdem no tempo. É esse tempo, demasiado, que se arrasta com as necessidades das populações a aumentarem, a necessidade de se promover o transporte público eficaz, tal como a implementação de um sistema de transportes intermodal e municipal que seja convergente com os desígnios de uma grande área metropolitana como é Lisboa. O caso de Almada, parece que é pior, pois o atraso no funcionamento pleno dos novos navios está ainda dependente da criação ou renovação da nova estação fluvial de Cacilhas apontada para o actual Clube Náutico de Almada e que ao que se tem conhecimento, está num impasse sem fim à vista.

O CDS-Partido Popular defende que tem de haver uma maior convergência e dedicação das entidades responsáveis ao qual a câmara de Almada não se pode demitir e tem obrigatoriamente de fazer muito mais do que tem feito até aqui.

## Informações úteis

**Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal:**

É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal.

Aceda aos links existentes em [am-almada.pt](http://am-almada.pt) e em [youtube.com/cmalmada](https://www.youtube.com/cmalmada)